

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

**O PROJETO ÉTICO-POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL
NO CONTEXTO DO AVANÇO DO ULTRACONSERVADORISMO**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO

REITOR Roberto Leher

PRÓ-REITORA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA Leila Rodrigues da Silva

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL

DIRETORA Miriam Krenzinger Azambuja

VICE-DIRETORA Elaine Martins Moreira

DIRETORA ADJUNTA DE PÓS-GRADUAÇÃO Mavi Pacheco Rodrigues

REVISTA PRAIA VERMELHA

EDITORA-CHEFE

Andrea Moraes Alves **UFRJ**

EDITORES ASSOCIADOS

Cleusa dos Santos **UFRJ**

Paula Ferreira Poncioni **UFRJ**

EDITORES AD HOC V.29 N.2

Carlos Montão **UFRJ**

Janete Luzia Leite **UFRJ**

Yolanda Guerra **UFRJ**

EDITORES TÉCNICOS

Fábio Marinho

Jessica Cirrota

REVISÃO

Andréa Garcia Tippi (Português)

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Fábio Marinho

CONSELHO EDITORIAL

Angela Santana do Amaral **UFPE**

Antônio Carlos Mazzeo **USP**

Arthur Trindade Maranhão Costa **UNB**

Christina Vital da Cunha **UFF**

Clarice Ehlers Peixoto **UERJ**

Elenise Faria Scherer **UFAM**

Ivanete Boschetti **UFRJ**

Jean François Yves Deluchey **UFPA**

Leonilde Servolo de Medeiros **UFRRJ**

Marcos César Alvarez **USP**

Maria Cristina Soares Paniago **UFAL**

Maria Helena Rauta Ramos **UFRJ**

Maria das Dores Campos Machado **UFRJ**

Maria de Fátima Cabral Gomes **UFRJ**

Myriam Moraes Lins de Barros **UFRJ**

Ranieri Carli de Oliveira **UFF**

Rodrigo Castelo Branco Santos **UNIRIO**

Rodrigo Guiringuelli de Azevedo **PUCRS**

Salviana de Maria Pastor Santos Sousa **UFMA**

Suely Ferreira Deslandes **FIOCRUZ**



Escola de Serviço Social - UFRJ
Av. Pasteur, 250/fundos (Praia Vermelha)
CEP 22.290-240 Rio de Janeiro - RJ



praiavermelha.ess.ufrj.br



@revistapraiavermelha



(55) (21) 3938-5386

PRAIAVERMELHA

Estudos de Política e Teoria Social

PERIÓDICO CIENTÍFICO
DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM SERVIÇO SOCIAL DA UFRJ

v. 29 n. 2
2019
Rio de Janeiro
ISSN 1414-9184

Revista Praia Vermelha	Rio de Janeiro	v. 29	n. 2	p. 473-808	2019
------------------------	----------------	-------	------	------------	------

A **Revista Praia Vermelha** é uma publicação semestral do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro cujo objetivo é servir como espaço de diálogo entre centros de pesquisa em serviço social e áreas afins, colocando em debate, sobretudo, os temas relativos às políticas sociais, políticas públicas e serviço social.

As opiniões e os conceitos emitidos nos artigos, bem como a exatidão, adequação e procedência das citações e referências, são de exclusiva responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a posição do corpo editorial.



CC BY-NC-ND 4.0

http://creativecommons.org/licenses/by-nc-nd/4.0/deed.pt_BR

Publicação indexada em:

IBICT - Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

ccn.ibict.br

Base Minerva UFRJ

minerva.ufrj.br

Portal de Periódicos da Universidade Federal do Rio de Janeiro

revistas.ufrj.br

Imagem de capa: laphotopro/Pixabay

O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Praia Vermelha: estudos de política e teoria social/Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social – Vol.1, n.1 (1997) – Rio de Janeiro: UFRJ. Escola de Serviço Social. Coordenação de Pós-Graduação, 1997-

Semestral

ISSN 1414-9184

1. Serviço Social-Periódicos. 2. Teoria Social-Periódicos. 3. Política- Periódicos I. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social.

CDD 360.5

CDU 36 (05)

PRAIA VERMELHA

Crise estrutural do capital, ambiência pós-moderna e seus impactos na formação em Serviço Social

Structural crisis of capital, postmodern environment
and its impacts on Social Work training

Thiago Dehon de Sousa

Revista Praia Vermelha

Rio de Janeiro

v. 29

n. 2

p. 639-670

2019

RESUMO

Este artigo busca situar a crise estrutural do capital e sua relação com a ambiência pós-moderna. Este processo indica a necessidade de reificação da educação, e o objetivo deste texto é analisar como tais temas impactam na formação em Serviço Social, nos desafios de manter a hegemonia do projeto ético-político e a referência das diretrizes curriculares da ABEPSS. O método utilizado é a leitura estrutural, que consiste na análise dialética da realidade e sua reconstrução como expressão mental de assuntos reais-materiais, ontológicos, tendo a categoria da totalidade como referência metodológica.

PALAVRAS-CHAVE

Crise estrutural. Ambiência pós-moderna. Formação em Serviço Social.

ABSTRACT

This article seeks to situate the structural crisis of capital and its relation to the postmodern environment. This process indicates the need for reification of education, and the goal of this text is to analyze how such themes impact on Social Work training, and on the challenges of maintaining the hegemony of the ethical-political project and the curricular guidelines of ABEPSS. The used method is the structural reading, which consists of the dialectical analysis of reality and the reconstruction of it as a mental expression of real-material, ontological subjects, having the category of totality as a method reference.

KEYWORDS

Structural crisis. Postmodern environment. Social Work training.

Recebido em 14.01.2019

Aprovado em 29.04.2019

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo situar a crise estrutural do capital, sua relação com a chamada “ambiência pós-moderna” e seus desdobramentos na educação, com recorte para a formação em Serviço Social, e, principalmente, os desafios para a formação crítico-dialética. Para melhor compreender a relação entre os temas, fez-se um resgate teórico das interpretações de István Mészáros e estabeleceu-se um diálogo com José Paulo Netto, que analisa os anos de 1960 sob a ótica de reificação, expressa primeiramente em correntes culturais e, posteriormente, vindo a atingir toda esfera da vida social. Esse movimento de reificação¹ tem como objetivo buscar alternativas e resposta à crise estrutural do capital², na luta pela retomada da taxa de lucro numa época em que o capital se defronta, pela primeira vez, com seus limites absolutos, dado o modo destrutivo que o

1 Aqui se trabalha o conceito de reificação a partir das considerações de Netto (1981), onde: “a atividade prática positiva, que é manifestação de vida (*Lebensäusserung*), e a atividade prática negativa, que é alienação de vida (*Lebenstäusserung*); fazendo-o, ele distingue nitidamente - e contra Hegel - objetivação de alienação: a objetivação é a forma necessária do ser genérico no mundo enquanto ser prático e social, o homem só se mantém como tal pelas suas objetivações, pelo conjunto das suas ações, pela sua atividade prática, enfim; já a alienação é uma forma específica e condicionada de objetivação. O trabalho que constitui aquela atividade prática negativa é um trabalho unidimensional: reduz-se à dimensão da lucratividade, produção de valores de troca, mercadorias. E não só produz mercadorias em geral: produzindo-as, produz-se a si mesmo e ao produtor como mercadorias. Trata-se de uma forma histórica do trabalho – o trabalho alienado (NETTO, 1981 p.46 e 47). E mais adiante: “Por isto mesmo, as formulações sobre a problemática do fetichismo apresentam determinações histórico-econômicas que falecem no trato da alienação: referem-se a um fenômeno peculiar e agarram a sua especificidade – não é mais a alienação do homem moderno, abstratamente contraposto ao homem da polis grega; o que elas denotam é a expressão característica da alienação típica engendrada pelo capitalismo, a reificação” (NETTO, 1981, p. 61).

2 De acordo com a formulação de Mészáros (2002), vive-se sob uma crise estrutural do capital cuja marca é a destruição produtiva e o desperdício de recursos naturais e humanos. O capital é forçado a promover a destruição direta de riqueza acumulada; a livrar-se do excesso de capital superproduzido; a excluir do

sistema se relaciona com a natureza e os meios finitos de produção.

Os impactos desses temas na educação são o aprofundamento da mercantilização (via cursos privados), precarização (nas universidades públicas e privadas) e perseguição ao pensamento crítico-dialético (como, por exemplo, pelo projeto Escola Sem Partido), com vistas a retomar o controle ideológico, gerar meios de produção (tecnologias) com menores custos possíveis e colocar as universidades e a produção de conhecimento a serviço do capital. As consequências na formação em Serviço Social são catastróficas. Coloca em xeque o Código de Ética e o Projeto Ético-Político, onde se inserem as diretrizes curriculares, além de tensionar a hegemonia do pensamento crítico no interior da profissão, visando formar não mais um profissional que interprete a sociedade sob a égide da categoria totalidade (e seus fundamentos ontológicos), mas sim aquele *útil e funcional* à atual fase de acumulação do sistema do capital. A partir do signo da *funcionalidade*, o papel do Serviço Social e da atuação profissional é o de reinserção dos indivíduos e administração de políticas sociais ultrafocalizadas e recortadas, sem fazer qualquer elo, referência, questionamento ou entendimento das relações sociais, da produção de riqueza ou da exploração entre as classes sociais, fundamento base da desigualdade social.

CRISE ESTRUTURAL DO CAPITAL, ESTADO E EDUCAÇÃO – SITUANDO O DEBATE

De acordo com Mészáros (2002), o capital é um modo de controle que tem na propriedade privada sua expressão, mas não necessariamente se origina nela. Trata-se de uma relação social fundada

círculo de consumo as massas desprivilegiadas; a ejetar um número crescente de pessoas do processo de trabalho; a acelerar a velocidade da circulação dentro do próprio círculo de consumo, auxiliada pela obsolescência planejada e pelo desperdício através da satisfação de apetites artificiais; a atacar os direitos e a proteção social dos trabalhadores; e a servir-se de meios autoritários para impor a qualquer custo as condições da autorreprodução destrutiva, uma vez que não pode mais contar com a legitimidade do passado (PANIAGO, 2015, p. 20).

a partir do trabalho assalariado, que ontologicamente subordina o trabalho ao capital para gerar valor. O sistema do capital tem como base, necessariamente, a separação entre os meios de produção e seus produtores, e é intrinsecamente guiado pela acumulação e norteado para a expansão. Se até o começo dos anos de 1960, a partir da interpretação de Marx (2013), atualizada por Mandel (1985), as crises do capital eram cíclicas e alternavam-se entre longas ondas de acumulação e recessão, é nessa década que o sistema do capital se depara com seus limites últimos e tem a necessidade de se expandir para todas as esferas da vida social e do globo terrestre. Sendo ontologicamente norteado para expansão, não há outra saída a não ser sua invasão em todos os espaços possíveis, a partir de sua dimensão trans-histórica, o que lhe permite a realização de ajustes estratégicos através de suas personificações políticas, entre elas os Estados-nações.

Sua dominação sob o trabalho é então analisada como uma característica ontológica e determinante. É uma condição absoluta para sua autorreprodução, onde fica evidenciada sua lógica autorreferente. É nesta relação que o sistema do capital consegue, a partir de formas mutáveis, afirmar sua dominação frente ao trabalho, devido a seus imperativos enquanto sistema. A objetividade-fim do trabalho é subordinada à sua lógica de (re)produção, sendo assim o trabalho alienado transforma o verdadeiro produtor das mercadorias em mero meio para a valorização do valor. Nesta lógica de produção, o capitalista fica com a responsabilidade administrativa, de modo que consiga as condições mais favoráveis possíveis para que o capital siga seu curso de expansão e acumulação.

Ou seja, é um sistema vazio de sujeitos, mas que ao mesmo tempo é determinantemente dependente dos trabalhadores e do trabalho alienado³. As personificações do capital (que vão desde os capita-

3 Isso permite chegar a uma primeira conclusão: se é possível considerar o trabalho como um momento fundante da sociabilidade humana, como ponto de partida do processo de seu processo de humanização, também é verdade que na sociedade capitalista, o trabalho torna-se assalariado, assumindo a forma de

listas administrando seus negócios, até os Estados-nações e seus agentes reguladores internacionais) em nada conseguem alterar as necessidades de acumulação e expansão do sistema do capital, restando apenas o papel de administrá-lo dentro dos limites possíveis. Se antes de se firmar como sistema sociometabólico⁴, o capital necessitou da acumulação primitiva (MARX, 2013), tão logo quando se torna capital tem a possibilidade de se autorreferenciar em sua circularidade – “D - M - D”, ou, dinheiro - mercadoria – dinheiro, acrescido de mais valor, donde parte vai para o reinvestimento, pagamento da força de trabalho e compra de novos meios de produção, e parte fica como lucro ao capitalista, não mais exigindo nenhum tipo de acumulação *a priori*. É este sistema que possibilita sua extensão em nível global, até se deparar com os limites geográficos de expansão, uma das causas da crise estrutural.

trabalho alienado, fetichizado e abstrato. Ou seja, ao mesmo tempo em que ele é imprescindível para o capital, ele é um elemento central de sujeição, subordinação, estranhamento e reificação. O trabalho se converte em mero meio de subsistência, tornando-se uma mercadoria especial, a força de trabalho, cuja finalidade precípua é valorizar o capital (ANTUNES, 2010, p. 11).

4 Os elementos constitutivos do sistema do capital (como o capital monetário e mercantil, bem como a originária e esporádica produção de mercadorias) remontam a milhares de anos na história. Entretanto, durante a maior parte desse tempo, eles permaneceram como partes subordinadas de sistemas específicos de controle do metabolismo social que prevaleceram historicamente em seu tempo, incluindo os modos de produção e distribuição escravista e feudal. Somente nos últimos séculos, sob a forma do capitalismo burguês, pôde o capital garantir sua dominação como um “sistema social” global. (...) Dessa forma, desvinculando seus antigos componentes orgânicos dos elos dos sistemas orgânicos precedentes e demolindo as barreiras que impediam o desenvolvimento de alguns novos componentes vitais, o capital, como um sistema orgânico global, garante sua dominação, nos últimos três séculos, como produção generalizada de mercadorias. Através da redução e degradação dos seres humanos ao status de meros “custos de produção” como “força de trabalho necessária”, o capital pode tratar o trabalho vivo homogêneo como nada mais do que uma “mercadoria comercializável”, da mesma forma que qualquer outra, sujeitando-a às determinações desumanizadas da compulsão econômica (MÉSZÁROS, 2015, p. 1 e 2, grifos nossos).

Para além disso, em tempos de crise estrutural (mas não somente nestes), o capital se vê obrigado a realizar inovações tecnológicas dos meios de produção, para conseguir produzir mais em menos tempo e com o menor custo possível. Esse sistema de inovação tecnológica faz com que muitas vezes o trabalho exercido por um grupo de trabalhadores seja substituído por uma máquina e apenas poucos trabalhadores para realizar suas operações. Essa substituição de trabalho vivo por trabalho morto (MARX, 2013) gera necessariamente desemprego, além de criar uma massa de reserva sem poder aquisitivo, o que de certa forma também prejudica o sistema do capital. Fica claro que o sociometabolismo do capital enquanto sistema orgânico é recheado de características anárquicas e irracionais, que o leva a passos lentos para sua própria destruição - ou, segundo Mészáros (2002), revolução ou barbárie.

Se em algum período histórico inicial do sistema do capital, sua característica ontológica de expansão trouxe algum marco civilizatório e aumento da capacidade de produção, com o passar dos anos ele se depara com as consequências devastadoras de sua lógica de autorreferenciação na produção de mercadorias tanto pela forma de se relacionar com a natureza quanto pelas contradições sociais que engendra. Ao mesmo tempo em que se mostra incontrolável, o capital também demonstra precisar cada vez mais de uma melhor e mais sofisticada administração para que o sistema não entre em colapso. Essa racionalidade exigida pelo capital foi motivo de estudo por seus apologetas, gerando as mais diversas teorias possíveis, com destaque para Adam Smith e as teorias liberais, que acreditavam que a desregulamentação do capital frente ao Estado traria algum tipo de equidade social.

Ora, pois, o que se vê na verdade é o aprofundamento da dependência entre capital e suas personificações político-administrativas, com destaque para as funções exigidas do Estado. É principalmente a partir do Estado que o capital consegue realizar seus movimentos de deslocamento das contradições, de estabelecer políticas diferentes em diferentes partes do globo, de acordo com as possibilidades

históricas de cada região. A partir da mediação do conflito entre as classes sociais, ora os trabalhadores historicamente se encontram em posição ofensiva, com consciência de classe avançada, ora em posição defensiva, com recuo de lutas e avanço das pautas do capital. É papel do Estado gerenciar e administrar estes conflitos, com uso de consenso e coerções, e nesta relação fica evidenciada a importância do direito e da lei como defensora da propriedade privada e da liberdade de compra e venda de mercadorias – entre elas a força de trabalho.

Cabe também aos Estados a regulamentação e administração das tendências e contratendências presentes no sistema do capital. Se num primeiro momento histórico, a concorrência era o motor expansivo do capital, em seguida se inicia a era dos monopólios e fusões de empresas, criando uma rede multinacional, sempre de acordo com as necessidades do capital em suas especificidades históricas. Essa relação de tendências e contratendências apenas reforça a característica anárquica e irracional do sistema do capital, de acordo com suas necessidades reais-objetivas. Segundo Mészáros (2002), na fase de crise estrutural a tendência é a criação de megamonopólios internacionais.

Para se legitimar sob o solo de crise estrutural, o sistema do capital precisa evidentemente inovar em suas formas de dominação, e é exatamente neste ponto que há algum diálogo com as transformações no plano cultural acontecidas durante a década de 1960. O ambiente de crise traz consigo deslegitimação do poder regulador deste sociometabolismo. A produção capitalista deixa de trazer consigo a característica de marco civilizatório e passa somente a destruir a natureza e aprofundar a exploração do trabalho como modo de recuperação econômica. Torna-se difícil manter o domínio ideológico sobre os trabalhadores com base na positividade produtiva. O argumento do uso da razão positivista – a partir da teoria das Luzes – como modelo para alcançar equidade social – visivelmente falhou.

Os apologetas do Estado, de Max Weber a Hayek, conforme cita Mészáros (2002), dizem que o sistema do capital repousa sobre “complexidades insuperáveis”. Eles trabalham com este conceito por-

que, como defensores da ordem burguesa que são, não podem assumir o fato de que o sistema do capital é incontrolável e contraditório nas suas mais profundas raízes. O discurso pós-moderno nutre-se da necessidade ainda maior de controle social devido à crise estrutural no que tange à reatualização das práticas de domínio. O surgimento da mídia de massas, as críticas românticas ao capital – que, em última instância, intensificam a crença na possibilidade de reformá-lo –, a descrença na humanidade apresentada pelas correntes existencialistas (de Sartre a Nietzsche) e as sugestões de desuso das metanarrativas (que buscavam através do uso da razão explicar a vida humana em suas complexas relações e a possibilidade de emancipação) questionam todo conhecimento produzido durante a idade moderna, e, conseqüentemente, as possibilidades de superação propostas (como por exemplo, a de emancipação humana que está presente em MARX, 2005; 2010).

O que se tem na verdade nessa fase do sistema do capital é a necessidade de reificação de todo o complexo da vida social, e a educação nessa etapa de acumulação é peça essencial. O questionamento do uso da razão (tanto a positivista quanto a possibilidade de emancipação humana em Marx) ocupa lugar central nos discursos pós-modernos que expressam intencionalidades bem objetivas. Trata-se de fundamentar, em teorias desconexas com a realidade, as transformações requeridas pelo capital e pelo mundo do trabalho na tentativa de recuperar a taxa de lucro. A educação é aqui peça chave pois passa a ser entendida não mais como reflexiva e com objetivos humanistas, mas sim como algo que deve ser *útil e funcional*, e seus resultados não mais devem conter reflexões que busquem de alguma maneira pensar sobre os problemas da humanidade, com cunho totalizante e bases ontológicas, mas apenas trazer alguma inovação técnica e/ou tecnológica que faça algo ser produzido com menor custo e tempo. A reificação da educação cumpre papel chave na disseminação dessa nova ideologia sob o signo da *performance*.

O capital não aceita medidas restritivas que vão contra sua ontologia – de necessidade expansionista – pois é exatamente a expansão que possibilita a ele postergar seus problemas e contradições ine-

rentes ao seu modo de ser. Como ele não pode enfrentar e resolver suas contradições, usa dos remédios e ajustes, não cabendo outra ação fora desta lógica. Neste sentido, o capital sob a expressão política do Estado, “nacionaliza” empresas em crise e transfere para ele (o Estado), a função de remediar e ajustar o que lhe é necessário para a retomada dos lucros e, da mesma maneira, privatiza áreas em que os resultados financeiros são positivos⁵.

Desde o começo dos anos 1990, principalmente a partir do governo de Fernando Henrique Cardoso, passando pelos dois mandatos de Luiz Inácio Lula da Silva até chegar a Dilma Rousseff (e posteriormente ao golpe institucional, Temer), se pode perceber que as ações governamentais na área da educação dialogam e atendem diretamente aos interesses do mercado (LIMA, 2012). Há uma tendência dentro da agenda neoliberal⁶ de privatização de certos setores públicos em detrimento da abertura de novos mercados e nichos de valorização do valor, que vão desde saúde, transporte, seguridade social e também a educação como uma das principais maneiras de retomada da taxa de lucro, visto que a possibilidade de expansão geográfica se encontra praticamente esgotada.

Nessa perspectiva, a educação, como qualquer outra área de interesse do capital que seja passível desse movimento, passa a ser

5 Considera-se aqui uma interpretação do papel do Estado a partir dos estudos de Mészáros (2015), onde o autor interpreta o Estado como personificação política e complemento administrativo do sistema do capital, que de alguma maneira tenta dar coesão nacional e internacional ao sistema do capital devido a suas características ontologicamente anárquicas, guiadas para a expansão e acumulação.

6 Inicie-se com as origens do que se pode definir como neoliberalismo enquanto fenômeno distinto do simples liberalismo clássico, do século passado. O neoliberalismo nasceu logo depois da II Guerra Mundial, na região da Europa e da América do Norte onde imperava o capitalismo. Foi uma reação teórica e política veemente contra o Estado intervencionista e de bem-estar. Seu texto de origem é *O Caminho da Servidão*, de Friedrich Hayek, escrito já em 1944. Trata-se de um ataque apaixonado contra qualquer limitação dos mecanismos de mercado por parte do Estado, denunciada como uma ameaça letal à liberdade, não somente econômica, mas também política (ANDERSON, 1995, p. 9)

também uma rota de fuga da crise na busca pela retomada da taxa de lucro, atendendo aos interesses dos grandes monopólios do setor (como a Kroton, grande monopólio do ensino superior). Além disso, é necessário questionar o tipo de educação e conhecimento buscados, produzidos e elaborados dentro desses centros universitários (seja público, privado, modalidade presencial ou a distância), com áreas de pesquisas vinculadas a empresas, acompanhando uma reestruturação completa do setor produtivo na busca pela retomada de crescimento do valor, pautada no desenvolvimento científico tecnológico (TONET, 2013), e a substituição de trabalho vivo por trabalho morto como forma de barateamento da produção.

As políticas adotadas pelo Estado brasileiro no que diz respeito à temática vêm sempre de acordo com as sugestões e recomendações de atuação ditadas por organismos internacionais de personificação política do capital como Banco Mundial (BM), Fundo Monetário Internacional (FMI), Organização Mundial do Comércio (OMC) e a Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE). De acordo com Leher,

O pressuposto, aqui explicitado, é: todos aqueles que fizerem as escolhas educacionais corretas terão possibilidades ilimitadas. Em suma, os indivíduos (e países) que priorizarem corretamente a educação terão um futuro radioso pela frente, comprovando, deste modo, a validade das bases do sistema. O capitalismo atual é justo com aqueles que souberem se qualificar corretamente. Basta não insistir nas prioridades erradas. Não adianta gastar com o ensino superior e a pesquisa, pois, conforme a tese das *vantagens comparativas*, os países em desenvolvimento devem perseguir nichos de mercado onde seja possível vender mercadorias de baixo valor agregado. No caso de necessidade de tecnologia, esta pode ser *facilmente* comprada nos países centrais (LEHER, 1998, p.130).

Para se ter uma dimensão dos valores movimentados por esse mercado, só em ações na bolsa de valores a Kroton (maior monopólio educacional presente no Brasil hoje) movimentou no último ano (novembro/2017 - novembro/2018) um montante de quase 30 bi-

lhões de reais (R\$29.667.475.086). A Estácio, outra grande rede de ensino privado, movimentou um montante de quase 25 bilhões de reais (R\$24.184.304.338)⁷. Isso somente com a compra/venda de papéis, sem contar o lucro oriundo da venda de sua principal mercadoria: a educação. Para além disso, ainda é necessário considerar os valores gastos pelo governo federal em tecnologia para que o ensino à distância se torne viável, o que também pode ser analisado como uma medida de deslocamento de contradições, necessária e útil ao sistema do capital.

Este breve debate tem como objetivo evidenciar as ações a partir do Estado dentro da crise estrutural do capital e o papel central que a educação superior tem nessa fase monopolista e ultra neoliberal do capitalismo maduro. Adiante, será apresentado o diálogo que há entre as teorias pós-modernas e o papel da educação, mais especificadamente a educação superior e a produção de conhecimento. As propostas que a partir daí serão expostas dialogam diretamente com a necessidade da retomada do crescimento da taxa de lucro e são, assim, bem recebidas pelos capitalistas, pois atendem, em certa medida, aos seus interesses. Esse processo de mercantilização/privatização é reforçado desde o ponto em que há todo um questionamento sobre o conhecimento produzido na era moderna e uma discussão sobre a utilidade do conhecimento, que deve ser voltada ao progresso tecnológico.

AMBIÊNCIA PÓS-MODERNA

A análise de José Paulo Netto se faz necessária a partir daqui para se compreender um pouco melhor a ambiência pós moderna e sua relação com temas como o mundo do trabalho, ideologia e as correntes que inspiraram o discurso pós-moderno, com vistas a dar base necessária para que no próximo item se consiga compreen-

7 Dados disponíveis em: <https://www.infomoney.com.br/mercados/ferramentas/historico-de-cotacoes/krot3> e <https://www.infomoney.com.br/mercados/ferramentas/historico-de-cotacoes/estc3> respectivamente. Acesso em: 13/11/18.

der o impacto do pós-modernismo na formação em Serviço Social. No chamado capitalismo maduro-tardio (NETTO, 2010), tem-se um diálogo entre racionalismo formal e irracionalismo, cumprindo assim a necessária função ideológico-burguesa na sociedade sob comando do capital. De acordo com Netto, os efeitos explosivos de maio de 1968⁸ têm impactos significativos no pensamento estruturalista, pois é a partir desta revolta que o pensamento ganha diálogo com a academia, na luta pela quebra das estruturas conservadoras. Ele (NETTO, 2010, p.252) aponta 3 elementos que marcam o pensamento estruturalista; 1: *o deslocamento de Hegel em favor de Nietzsche (e Heidegger)*; 2: *a dissolução da ideia de verdade*; e 3: *uma historização categorial que cancela toda referência ao universal*.

Se entre os estruturalistas ainda existiam alguns com tendências anticapitalistas (mesmo que não marxistas), entre os pós-estruturalistas ocorre o regresso à defesa da liberdade enquanto liberdade individual burguesa baseada na compra e venda de mercadorias contra o que consideram “totalitarismo” das experiências do socialismo real (URSS), juntamente com toda elaboração teórica marxiana e marxista. Observa-se a partir de NETTO (2010) que em Zeigtgeis (Nietzsche), tem-se um novo espírito do tempo, que ganha sua formulação mais conhecida a partir da obra de Lyotard (*A Condição Pós-Moderna*), assumindo o primeiro plano na cultura do Ocidente capitalista (2009). As consequências são percebidas em várias esferas do saber na sociedade que vão desde a cultura, estética, política e educação.

8 “Conforme acentua Callinicos, 1968 não significou apenas a barricada de estudantes franceses. Constituíram-no também a onda de greves na Grã-Bretanha e a derrubada do conservador Edward Heath do governo; a revolução portuguesa em 1974 e 1975; os duros conflitos trabalhistas que acompanharam a agonia do regime franquista em 1975 e 1976; a pior crise doméstica vivida pelos Estados Unidos da América, na segunda metade dos anos 1960, impulsionada pelo movimento contra a guerra do Vietnã, a revolta dos guetos negros e o levante de estudantes e os ecos dessa época sentidos em outras partes do mundo – como o cordobazo na Argentina, a explosão de trabalhadores e estudantes na Austrália e a greve geral em Quebec em 1972” (Rodrigues, op, cit., p.36 apud Netto, 2010, p.280 e 281).

Consideradas na sua inclusividade, tais mudanças operam, sem quaisquer dúvidas, uma inteira reconfiguração da ordem do capital, sem eliminar (antes, recolocando-as em novos patamares e aprofundando-as) as suas contradições elementares e sua dinâmica essencialmente exploradora; a reconfiguração então implementada e ainda em curso veio e vem exponenciando, no nível econômico, a sua tendência a concentrar polarizadamente riqueza e pauperismo, no nível social a barbarizar a interação humana, no nível político a acentuar a antidemocracia e, em relação ao meio ambiente, a sua destrutividade – características do capitalismo contemporâneo, emergente a partir de meados dos anos 1970, que a retórica da “globalização” oculta e mistifica (NETTO, 2010, p.257).

Tais realocações, movimentos e transformações na sociedade tinham como interesse responder às várias problemáticas apresentadas pelo sistema do capital que no fim dos anos 1960 se deparava pela primeira vez na história com seus limites últimos⁹. Maio de 1968, sob a forte revolta dos estudantes franceses (e posteriormente a adesão dos trabalhadores, numa enorme greve geral contra o governo e as más condições de vida), é um marco da manifestação da sociedade contra um sistema (do capital) que se mostrava ineficiente para resolver as expressões da questão social.

Nesse momento se vê em toda a Europa uma tentativa de “desideologizar” as representações trabalhistas (como sindicatos, por exemplo), como forma de desarticular a luta dos trabalhadores, juntamente com o surgimento de uma nova ideologia burguesa – o neo-

9 Claro que não se trata aqui de dizer que o capitalismo não tinha (ou tem) capacidade de se reinventar dentro do leque de possibilidades ideológicas, econômicas e políticas e seus movimentos de deslocamento das contradições. É apenas uma maneira de evidenciar que a crise na qual o sistema do capital se encontra a partir deste período não mais é cíclica e sim estrutural, pois, atinge esferas que colocam o todo da vida humana e a natureza em risco de eliminação. Sendo assim, se depara com seus limites últimos, mas sem cair num determinismo histórico ou possível fim do capitalismo (embora se caminhe para a barbárie, o caminho é a passos lentos e dolorosos).

liberalismo – que tem como objetivo a retomada do crescimento da taxa de lucro. A principal característica dessa época é a revolução científica, tecnológica e informacional, trazendo novas tecnologias para a produção, tendo como consequência a reestruturação produtiva. A relação entre todos esses fatores faz com que as pessoas se deparem com um mundo em que tramita o processo de restauração do capital enquanto grande potência mundial e controladora, agora em novos limites e marcos, num movimento de reificação não só da cultura, mas de certa forma de todas as esferas de (re)produção da vida social que ainda não tinham sido invadidas pela lógica do capital.

Netto destaca ainda que mesmo com substanciais transformações, o capital em crise estrutural ainda continua a seguir a sua lógica de reprodução das relações sociais pautada na exploração do trabalho e sendo, nas análises de Mészáros (2002), ontologicamente incontrolável. A forma como se gera valor ainda é (e no capitalismo sempre será) a partir da extração de mais-valia, o proletariado *urbano-industrial* (NETTO, 2010), por mais que tenha sido alvo de desarticulação e até perdido alguns postos de trabalho para algum tipo de nova tecnologia, continua tendo papel central na reprodução do valor. Se certo protagonismo nas lutas revolucionárias não mais parte de uma massa de trabalhadores, não será esta apatia capaz de eliminar o conceito de classes. É necessário interpretar certos recuos dentro de uma lógica mais totalizante das relações de força entre as classes sociais e relacioná-los com os limites de cada momento histórico.

No discurso pós-moderno, o peso dado ao simbólico e à linguagem detém o primeiro plano no que diz respeito a métodos de análise da sociedade, e o econômico está longe de ter primazia nesses jogos linguísticos. Tem-se como consequência o surgimento de categorias pós-modernas que não têm qualquer respaldo na sociedade, como a ideia de sociedade “pós-industrial”, ou as menções ao fim do trabalho a partir do desenvolvimento da tecnologia¹⁰.

10 Aqui se podem citar os trabalhos do professor Ricardo Antunes (1995), que estão mais do que bem fundamentados no que diz respeito a negar o fim do trabalho e compreender as morfologias no mundo do trabalho a partir das transfor-

Ao se analisarem os fatos de 1968 em diante, o que se vê a partir da interpretação crítico-dialética é um movimento de recuperação do sistema do capital, que causa profundas transformações sociais, e ganha forte hegemonia entre os intelectuais das academias, de certa forma fomentada pela indústria da mídia de massas sob o domínio dos grandes capitais e com severo impacto na vida social. Daí surgem certas características que marcam essa nova sociabilidade, fundada na atomização (redução a fragmentos menores, dissolução) da vida social; na efemeridade da vida e das relações humanas nas metrópoles; na tendência ao particularismo e individualismo na vida social; na manipulação do cotidiano e na redução das experiências ao nível da aparência; na invasão da simbologia e da interpretação a partir dos signos, dissociados de seus referentes interpretativos que os conectam com o todo da vida; e na compressão do espaço-tempo¹¹.

Todas as características destrutivas do capitalismo são creditadas pelos pós-modernos não às relações sociais de produção, mas sim, num movimento de culpabilização, à razão moderna. As teorias pós-modernas, de acordo com Netto (2010), se colocam, então, num patamar ideológico que serve como verniz para o capitalismo tardoburguês. Não se trata de um pensamento mentiroso, mas sim de um que se apoia em uma falsa consciência, que não tem capacidade de reconhecimento histórico nem de seu condicionalismo histórico-social, mas que não deixa de ser consciência (ainda que falsa), pois permite aos homens e mulheres moverem-se na sua vida cotidiana. A propósito, Netto ainda diz:

mações e necessidades do mundo do capital em tempos de invasão tecnológica, fruto do pós-modernismo e ambiência pós-moderna.

11 Muito como resultado da invasão da tecnologia ao cotidiano, onde se está sempre ligado e conectado, podendo-se interagir e trabalhar – dependendo da função exercida – a partir de qualquer lugar. As consequências em nível de adoecimento mental, estresse, depressão, ansiedade são significativas e características comum do atual “homem da metrópole”, adaptado a este padrão de vida necessário para gerar valor em forma de acumulação.

Ideologia que é, o pós-modernismo *funciona* como ideologia: incide no comportamento e na vida práticos daqueles que a internalizam. Ela é uma (e não a única) ideologia específica da ordem do capital na quadra histórica em que este se mundializa e tem hipertrofiadas as suas dimensões especulativo-financeiras que, dado o marco institucional da sua dominação, apresentam-no imediatamente como fluido e volátil – atributos que se transferem ao complexo societário que ele matriza. Ao tomar acriticamente o espelhamento que opera deste complexo como a sua expressão, fática e simbólica, o pós-modernismo se instaura – *nolens volens* - como ideologia *funcional* à sociedade tardo-burguesa, com todas as consequências societárias aí implicadas (NETTO, 2010, p.267 grifos do autor).

Pode-se concluir então que a ideologia pós-moderna é um processo que inicia não no capitalismo tardo-burguês, mas a partir de vários diálogos e linhas já presentes e de referências anteriores, e que tem como marco os chamados “longos anos 60”, com ênfase para os acontecidos em maio de 1968, onde encontra possibilidades teóricas e ideopolíticas que caracterizam o que Netto (2010) classifica como um retorno à direita. Netto ainda destaca a negação do pensamento *hegeliano* em detrimento do *nietzschiano* – com destaque também para Heidegger – como um dos principais pilares para a matriz pós-moderna, assim como a dissolução do conceito de verdade frente ao discurso e os jogos de linguagem, onde a verdade é relativizada independentemente da vida material. Para além disso, há o que se pode chamar de um certo bloqueio da universalização – que se expressa na teoria pós-moderna a partir de certa particularização do todo (atomização, diluição).

O traço geral do pensamento pós-moderno para Netto é então uma *completa recusa de uma verdadeira ontologia do ser social, que só pode se sustentar a partir da compreensão do trabalho como fundante do ser social* (2010, p. 268). Se o pensamento pós-moderno é antiontológico em essência, a sua crítica só pode se originar de uma teoria que valorize o primado ontológico do trabalho e compreenda as amarras e alienações do trabalho a partir do mundo do capital.

Os impactos disso no mundo da educação são essenciais a fim de se compreender e analisar as dificuldades e desafios para a formação profissional em Serviço Social nos dias de hoje. As movimentações e novas estratégias do capital influenciadas por essa ambiência pós-moderna e guiadas pela necessidade de recuperação da taxa de lucro levam a mercantilização do ensino como um todo dentro do processo de reificação de várias áreas durante o período dos anos de 1960. Como forma de mediar melhor este debate, faz-se necessário então explicitar a relação entre o pós-moderno e a educação, com foco para as suas proposições sobre o papel das universidades e do ensino.

PÓS-MODERNISMO E EDUCAÇÃO

Depois de situar a ambiência pós-moderna e evidenciar suas características, será estabelecido então o diálogo entre o discurso pós-moderno e sua utilidade enquanto ideologia dominante em tempos de crise estrutural do capital, além de serem observados seus reflexos na educação, com enfoque nas universidades, sob a égide do neoliberalismo e a influência de pensadores pós-modernos como Lyotard e Vattimo. A percepção da razão enquanto virtude emancipatória (que tem seus fundamentos em Kant), está diretamente vinculada com a Teoria Social de Marx.

Se no pensamento marxiano tem-se uma preocupação em identificar os limites da razão formal-abstrata e os interesses da razão vinculados à reprodução do capital, os pensadores ditos “pós-modernos” fazem a crítica da razão como um todo. Há uma clara desvalorização da racionalidade moderna e seus grandes temas de preocupação - *o progresso, a ciência, a revolução, a felicidade, a verdade* (ZAIDAN, 1989, p. 15), - através do culto de seu par categorial antagônico, o irracionalismo. Nele vê-se a valorização do imediato, do particular, do fragmentário, do efêmero, do microscópico, do sensual, do corpóreo, do prazer. Nessa ambiência pós-moderna, o que prevalece é a negação das metanarrativas que buscam explicar o todo da vida moderna, as causas primeiras e seu sentido na história. Trata-se de um

movimento que busca *refundar o conceito de razão em novas bases. Buscar outro paradigma para a racionalidade, depurado de enunciados ideológicos e irracionais* (ZAIDAN, 1989, p. 16).

No Brasil, o surgimento dessas ideias e conceitos coincidem com o fim do regime militar, num processo de modernização monopolista, dentro da lógica de reprodução mundial do capital. Surge uma sofisticada e moderna indústria cultural, que aprofunda o grau de dependência cultural e ideológica no país em relação à Europa e EUA (ibidem). Essa nova historiografia brasileira se expressa em dissertações de mestrado e doutorado, que, segundo Zaidan, usam como fonte o pensamento de Michel Foucault, com foco em grupos identitários, estudos totalmente descolados da realidade objetiva, de forma fragmentada, solta. Esses estudos inflam um espírito de revolta “anarquista” contra o império de uma razão tecnocrática, normatizadora, disciplinar (ibidem).

No pensamento pós-moderno, a partir principalmente de Lyotard e Vattimo, há então uma tentativa de deslegitimação das metanarrativas e da ontologia do ser social em favor das curtas narrativas e da ontologia fraca (ou da atualidade), conceito desenvolvido por Vattimo, numa espécie de sociologização da filosofia, onde o ser social e seus pressupostos ontológicos não são históricos, mas sim mutáveis a todo momento, de acordo com o presente, e não mais baseando-se nas referências fundantes e históricas do ser social. Segundo as palavras de Vattimo:

Ontologia da atualidade', [...], significa aqui um discurso que busca esclarecer que coisa o ser significa na situação presente. Estamos todos conscientes da dificuldade e dos perigos que comportam o assunto de falar do 'ser', ou da 'situação presente' [...], este último termo persistiu mais obscuro e problemático de que aquele mesmo do 'ser'. (VATTIMO, 2003, p. 84 *apud* MARINHO, 2008, p.132).

Nessa nova roupagem, o ser não é mais passível de ser compreendido por esquemas conceituais marcados pela categoria totalidade, e se transforma em algo efêmero, referenciado naquilo que se aceita como verdade neste momento, a partir dos significados e

significantes estabelecidos por cada um. Além de tais proposições tentarem desarticular o todo do pensamento marxiano e marxista, ainda servem como verniz ideológico, aliado ao neoliberalismo, para causar profundas transformações na educação, tanto no quadro mundial como no nacional. As reformas no ensino superior, fortemente influenciadas por essa ambiência pós-moderna, nos moldes de um país terceiro-mundista, seguem à risca a recomendação dos órgãos internacionais de legitimação política e ideológica do capital, com preocupação última da retomada do crescimento da taxa de lucro. Segundo Marinho:

Em Lyotard, observaremos o papel da universidade como produtora da satisfação das necessidades do funcionamento do sistema capitalista, pois ensino e pesquisa devem seguir o critério da eficiência. Em Vattimo, refletiremos se a libertação das diferenças através da mídia e a proposta do ideal hermenêutico para a educação expressam interesses condizentes com o processo de mundialização do capital (MARINHO, 2008, p.172 e 173).

E ainda:

Se há uma deslegitimação da universidade como instituição sustentadora das 'metanarrativas' é por que essas também sofrem um processo de deslegitimação. A universidade na cultura pós-moderna, tanto perde sua função de legitimação especulativa quanto sua função de legitimação emancipatória das Luzes. A verdade universal científica pretendida pelo projeto da Modernidade é posta em xeque pela afirmação da inexistência de prova sobre a verdade e sobre a justiça que visava alcançar. Dessa forma, "o resultado desta divisão da razão em cognitiva ou teórica, de um lado, e prática, do outro, tem por efeito atacar a legitimidade do discurso da ciência, [...], revelando que é um jogo de linguagem dotado de regras próprias [...], porém sem nenhuma vocação para regulamentar o jogo prático [...]. Ele é assim posto em paridade com os outros" (Ibid., 72). Portanto, essa deslegitimação do saber moderno emancipatório acompanha a deslegitimação da universidade como locus de produção da verdade. A universidade não faz mais sábios, afirma Lyotard, e sim cientistas, e a filosofia especulativa

ou humanista perdeu sua função de legitimação a favor dos jogos de linguagem (MARINHO, 2008, p.180 e 181, grifos da autora).

Entre as reformas citadas no ensino superior, destaca-se, de acordo com Carvalho (2010), a aprovação do PNE – Plano Nacional de Educação - (lei n. 10.172, de 9/1/2001), onde há um veto por parte de FHC no que diz respeito às partes que previam alargamento no investimento para a educação pública. Deve-se aqui também destacar a aprovação da Medida Provisória n. 1.827/99, que institui o FIES - Fundo de Financiamento do Estudante do Ensino Superior. O FIES nada mais é que dinheiro público injetado nas instituições privadas de ensino.

Na gestão Lula cita-se inicialmente o Decreto n. 5.205, de 14/9/2004, que regulamenta as chamadas parcerias público/privadas entre as universidades federais e as “fundações de apoio” - setores empresariais que agem e interferem na produção de conhecimento voltado às necessidades particulares de suas empresas. Além desta, há a Medida Provisória n. 213, de 10/09/2004, que diz respeito à criação do Programa Universidade para todos (ou ProUni), que viria a se tornar lei em 2005 (Lei n. 11.096). O ProUni tem como objetivo a concessão de bolsas em universidades particulares para alunos da rede pública de ensino ou da rede privada desde que o curso seja em regime de bolsa integral (com algumas condicionais, como renda). Em troca, é dada a essas instituições alguma isenção de imposto que corresponda ao seu gasto para com aquele aluno. Mais uma vez o Estado segue a cartilha do Banco Mundial, pois o ProUni nada mais é que uma parceria público/privado.

Cabe aqui mencionar ainda a Lei de Inovação Tecnológica, n. 10.973/2004. Conforme Lima (2012), esta lei “autoriza a incubação de empresas nas instituições de ensino superior públicas e a utilização, pelo setor privado, de infraestrutura, equipamentos e recursos humanos das IES públicas” (LIMA, 2012, pg. 174). Em 2007 é lançado o PAC (Programa de Aceleração do Crescimento), com o intuito de fomentar a economia e o desenvolvimento nacional. Entre as ações do PAC, estava previsto um projeto na área da educação, o PDE (Plano de Desenvolvimento da Educação), que devia ser regido

de acordo com a Lei de Parcerias Público/Privadas. É nesse contexto, dentro das ações do PDE, que o governo cria o REUNI - Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades, através do Decreto n. 6.096 de 24/04/2007.

Já no governo Dilma destaca-se a lei federal n. 12.513/11 que institui o PRONATEC (Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego). Trata-se de um programa direcionado a jovens trabalhadores para a formação de um proletariado técnico que atenda aos requisitos do mercado de trabalho nacional. Enquanto isso, o ensino superior vai cada vez mais para as mãos do mercado. O último censo da educação superior realizado pelo MEC no ano de 2017 mostra que a rede privada teve mais de 70% das matrículas realizadas no último ano (o estudo conta todas as matrículas, seja de curso presencial ou a distância, bacharelado, licenciatura ou tecnológico).

Nessa nova lógica de universidade, aparece como critério científico a eficiência e o baixo custo, onde o saber não busca mais encontrar uma verdade universal ou pensar a respeito de objetivos futuros universais de emancipação, mas sim ter algum respaldo útil no aqui e no agora, baseado em novas técnicas e novas tecnologias oriundas da revolução tecnológica trazida principalmente a partir dos anos 1960. A ênfase, de acordo com Lyotard (2009), é apenas uma: o critério do desempenho partindo de sua capacidade produtiva. Ora, pois, se mais uma vez forem analisadas as transformações causadas a partir desses eventos, vê-se que este movimento na verdade acompanha a reestruturação produtiva do capital, e funda um novo tipo de conhecimento não reflexivo, utilitarista e profissionalizante para atender às necessidades do mercado dentro do aprofundamento da divisão sociotécnica do trabalho.

Fica evidente a interlocução entre “crise estrutural do capital”, “ambiência pós-moderna”, “neoliberalismo” e “ideologia”. Um exemplo de assimilação e aplicação prática dessas transformações é a invasão da modalidade de ensino EAD (educação à distância) em quase todas as esferas de educação. A modalidade surge com o objetivo aparente de levar “conhecimento” a lugares “inacessíveis”, mas no decorrer da história são vistas múltiplas intencionalidades:

o Estado brasileiro cumprindo seu papel político/econômico e agindo como ente comprador de tecnologia (deslocamento das contradições via investimento do Estado), além de usar um material didático limitado, com uma visão de mundo e história acríticos e lineares, seguindo a linha “desideologizante” dos acontecimentos, mas na verdade reforçando a ideologia dominante, coloca os fatos históricos como evolução e apaga os conflitos e a luta de classes.

De acordo com Chauí (2003), a partir do momento em que a universidade é uma instituição social, sua relação com o Estado é intrínseca, e a mesma só pode se manter com cunho republicano e democrático a partir do momento em que o Estado também preze por essas mesmas características. A universidade seria então *mais do que determinada pela estrutura da sociedade e do Estado, seria um reflexo deles* (ibidem). É na autonomia que a universidade encontra possibilidade de dialogar e se relacionar com o conjunto de contradições presentes na sociedade, dividindo-se entre os favoráveis ao *status quo* e os que almejam a emancipação, no debate de ideias e pensamentos.

É alarmante o ataque sofrido pelas universidades públicas brasileiras no sentido de alinhá-las às necessidades reprodutivas do capital sob a influência da ambiência pós-moderna, da invasão tecnológica e do pensamento acrítico. A lógica fragmentada do capitalismo dito “globalizado” e a dispersão espacial e temporal do trabalho, juntamente com a necessidade de desarticular uma das principais referências do pensamento crítico e que interpreta a sociedade a partir da luta de classes (no caso, a Teoria Social de Marx), são elementos que nos ajudam a entender as transformações realizadas pelo Estado brasileiro no que diz respeito à educação nos últimos 30 anos. Ainda segundo Chauí, a universidade hoje se vê afogada na gerência por contratos de gestão, índices de produtividade, estratégias e eficácias organizacionais, pelo particular, e pelo conhecimento efêmero.

E O SERVIÇO SOCIAL? – (IN)CONCLUSÕES E TENSÕES

Pois bem, se a formação em serviço social for pensada a partir das diretrizes curriculares da ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e

Pesquisa em Serviço Social) frente ao cenário apresentado no decorrer deste artigo, os desafios são inúmeros. O capital a partir de sua crise estrutural, situada na mesma época do surgimento do discurso pós-moderno, tem na educação uma de suas possibilidades de deslocamento das contradições com vistas a dar sobrevida ao sociometabolismo vigente. A reificação da educação sob a égide do pensamento neoliberal e pós-moderno tem como objetivo produzir conhecimento teórico/prático que seja de alguma forma *útil e funcional* ao sistema do capital, no seu caminho de valorização do valor e recuperação da taxa de lucro. A educação no viés pós-moderno busca formar trabalhadores capacitados para atuarem no mercado de trabalho, criar tecnologias que acelerem a valorização do valor e legitimar a ideologia do capital através da tentativa de deslegitimação das metanarrativas e da inserção de conceitos na formação, que de alguma forma desarticule o pensamento crítico e inclua no lugar os pressupostos úteis ao capital, tais como o pensamento pragmático, o utilitarismo, a funcionalidade, a efemeridade e a “desideologização”.

Os impactos disso na formação em Serviço Social se dão por uma mistura heterogênea na tentativa de resgatar tendências conservadoras que vão desde reatualização do conservadorismo *que recupera os componentes mais estratificados da herança conservadora historicamente presente na profissão* (NETTO, 2005, 157), até elementos pós-modernos. Essas tendências dialogam entre si, numa tentativa de formar assistentes sociais com o perfil exigido pelo mercado de trabalho. O profissional requisitado não mais precisa ter capacidade de analisar as expressões da questão social que lhe são imediatamente apresentadas em seu campo de trabalho a partir da perspectiva crítica e do conceito de totalidade, mas apenas responder efemeramente às demandas institucionais, utilizando-se de políticas sociais ultrafocalizadas na extrema pobreza.

Pode-se averiguar que tais propostas que desarticulam o pensamento crítico – desde a sugestão de desuso das metanarrativas e da interpretação da sociedade a partir da ontologia do ser social, tendo a totalidade como referência metodológica – incidem indiretamente

na formação em Serviço Social, dialogam com as perspectivas neo-conservadoras¹² e contribuem na reatualização de práticas que desconsideram o contexto histórico e tratam o usuário em sua simples imediaticidade. Nada mais satisfatório para o capitalismo em crise do que um profissional acrítico, que usa das ferramentas de trabalho – como as políticas sociais – de modo tecnicista e pragmático, administrando quantidades e recortando demandas. Tais práticas só podem resultar numa reprodução de valores liberais úteis e funcionais à manutenção do sistema do capital, de individualismo e meritocracia, quando pressupõem que se a pessoa chegou ao ponto de precisar de alguma inserção em políticas sociais é porque fatalmente fez escolhas individuais erradas e a culpa pela sua posição social é única e exclusivamente dela mesma.

Em efeito cascata essas ações interiorizam, tanto nos assistentes sociais quanto nos usuários, a ideologia necessária à manutenção do *status quo*, retiram o substrato ontológico de interpretação da realidade a partir do trabalho – e no sistema do capital, sob o signo do trabalho alienado – e mais uma vez dialogam direta e indiretamente com as sugestões de interpretação da realidade a partir das curtas narrativas e das propostas presentes no discurso pós-moderno, que se alinham e dialogam diretamente com o neoliberalismo.

12 O conservadorismo, então, moderniza-se também no âmbito do Serviço Social, realimenta as velhas teses, travestindo-as de novas, de atuais, de mais realistas, mais próximas e “concretas” para a “prática profissional” dos assistentes sociais. Faz isto, claro, renovando-se, reatualizando-se, sem alterar sua estrutura interna. São reeditadas, então, na era da pós-modernidade e da chamada “crise dos paradigmas” nas Ciências Humanas e Sociais (certamente úteis no atual estágio de acumulação do capital), velhas receitas comprometidas com velhos conceitos requeitados e com “novas e certeiras soluções”. Isso, no campo particular do Serviço Social, tem se expressado em diversas tendências teórico-metodológicas em curso (claramente ou não), retomando e reacomodando, simultaneamente, traços novos com o passado profissional (NETTO, 1996). Tais tendências têm se manifestado ora de forma mais organizada, ora de maneira mais dispersa e isolada, seja no campo da produção do conhecimento, seja no âmbito mais diretamente vinculado à gestão social e ao trabalho profissional (SILVA, 2015, p. 113 e 114).

O movimento de reconceituação teórico que se origina no início dos anos 1960 e chega à elaboração do código de ética de 1986, sua revisão em 1993, a elaboração das diretrizes curriculares e o diálogo em torno do projeto ético-político têm sua hegemonia colocada à prova. Se dentro das instituições de representação profissional como o conjunto CFESS/CRESS (Conselho Federal de Serviço Social e Conselho Regional de Serviço Social), a ABEPSS (Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social) e a ENESSO (Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social), o pensamento crítico ainda é hegemônico, pode-se afirmar sem nenhum receio que no todo do conjunto da profissão e de seus profissionais, o neconservadorismo tem ganhado força, e muito disto em consequência da proposital desqualificação da formação, principalmente a partir das instituições privadas e dos cursos de modalidade EAD¹³.

As reformas realizadas pelo Estado brasileiro na educação nos últimos 30 anos reforçam o modelo privatista e produtivista exigido pelos órgãos de controle político do capital como o Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional. Se durante os anos de 1980, o Partido dos Trabalhadores era um forte aliado do Serviço Social – e de certa forma essa relação dialética contribuiu em algum grau no caminho de amadurecimento teórico dos assistentes sociais (NETTO, 2004) –, ao assumir a presidência da República um representante do PT (e governar de 2002 até 2015, quando houve o golpe institucional), as ações tomadas pelo governo petista em nada rompem

13 No ano de 2017, segundo dados do INEP, houve 60.767 matrículas em cursos de Serviço Social presenciais, sendo destas 43.020 em universidades privadas, enquanto o número de matrículas em cursos EAD foi de 92.781, sendo seu total na rede privada. Os dados são alarmantes e reforçam nossa preocupação relativa ao aumento de cursos da rede privada, tanto quanto da modalidade EAD. As ações do governo federal sempre estiveram em perfeita sintonia para o aprofundamento deste quadro, o que reforça nossa visão do papel do Estado como personificação política do capital. O atual ministro da educação, Ricardo Vélez, em entrevista concedida no dia 28/01/2019, disse que a universidade pública deve ficar reservada a uma pequena elite intelectual. Ou seja, a perspectiva para os próximos anos é de piora significativa deste mesmo quadro. O governo Bolsonaro se prontifica abertamente a fazer as mediações entre mercado de trabalho e formação acadêmica.

com a lógica neoliberal influenciada pela ambiência pós-moderna, tendo como modelo e perfil as ações realizadas por seu antecessor, Fernando Henrique Cardoso.

É um enorme desafio pensar sobre as diretrizes curriculares frente a esses processos históricos realizados a partir do Estado que buscam desconstruir a produção de conhecimento crítico e com viés humanista. As diretrizes curriculares em seu quadro de Competências e Habilidades têm como exigência geral:

viabilizar uma capacitação teórico-metodológica e ético-política como requisito fundamental para o exercício de atividades técnico-operativas, com vistas à compreensão do significado social da profissão e de seu desenvolvimento socio-histórico, nos cenários internacional e nacional, desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade (ABEPSS, 2002, p.1).

Desvelar as “*possibilidades de ação contidas na realidade*” requer necessariamente a interpretação do ser social e da realidade a partir de sua ontologia e perspectiva de totalidade. Não coincidentemente, o discurso pós-moderno tenta deslegitimá-las enquanto categorias analíticas. Os núcleos formativos presentes nas diretrizes curriculares reforçam a necessidade do uso destas categorias analíticas enquanto requisitos teórico-metodológicos necessários à ação profissional:

núcleo de fundamentos teórico-metodológicos da vida social, que compreende um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social; *núcleo de fundamentos da formação sócio-histórica da sociedade brasileira*, que remete à compreensão das características históricas particulares que presidem a sua formação e desenvolvimento urbano e rural, em suas diversidades regionais e locais; *núcleo de fundamentos do trabalho profissional*, que compreende os elementos constitutivos do Serviço Social como uma especialização do trabalho: sua trajetória histórica, teórica, metodológica e técnica, os componentes éticos que envolvem o exercício profissional, a pesquisa, o planejamento e a administração em Serviço Social e o estágio supervisionado (ABEPSS, 2002, p. 2, grifos nossos).

Como garantir a formação qualificada, que tem como pressuposto compreender “*um conjunto de fundamentos teórico-metodológicos e ético-políticos para conhecer o ser social*” a partir da invasão pragmática e utilitarista, presentes principalmente em universidades particulares, tanto na modalidade presencial como em EAD? A educação sob o viés pós-moderno e neoliberal tem como objetivo prático o que Mészáros (2005) chama de internalização da ideologia do capital.

Muitos são os desafios postos à nossa frente. Neste campo heterogêneo chamado “pós-modernismo” há um emaranhado de questões que se colocam como desafios a ser enfrentados pelo serviço social crítico, que busca interpretar o mundo e as relações sociais a partir da determinação ontológica do ser social e da categoria trabalho. Se a hegemonia crítica já se via desafiada desde o fim da década de 90 do século XX, a tendência é de aprofundamento desta disputa, tanto no campo teórico – principalmente a partir do sincretismo presente na profissão –, quanto na luta frente à precarização da educação como um todo e ao ganho de visibilidade de correntes neoconservadores que outrora não se apresentavam de tal modo.

Na parte de produção teórica, também ocorre um certo tipo de invasão pós-moderna, num diálogo com matrizes (neo)conservadoras, que buscam recuperar práticas conservadoras, descartando algum tipo de interpretação crítica com centralidade no trabalho. A interpretação da sociedade a partir dos signos do poder e dos discursos identitários dialoga diretamente com as propostas de interpretação pós-modernas, que de alguma forma tentam desarticular a interpretação do mundo a partir do trabalho e da ontologia do ser social. Esse debate se apresenta no campo teórico da profissão de maneira sincrética, com tendências à mistura de metodologias que em seu todo se chocam e negam-se em algum momento, tendo como principal caminho a utilização de Foucault e os pós-foucaultianos, como a Teoria *Queer*.

Claro que não se trata aqui de negar a importância da luta do movimento negro, LGBTT, feminista, entre outros, mas sim de enfatizar a necessidade de articular essas lutas com um recorte de classe, de compreender que a exploração a partir da cor, raça, sexo, etnia e orientação sexual tem como fim último a valorização do valor e re-

produção do sociometabolismo do capital. Os diversos preconceitos atendem em última instância às necessidades do capital de existirem sujeitos passíveis de ser superexplorados, e de que a superação dessas questões só pode acontecer junto à superação da sociabilidade burguesa e das classes sociais. Um caminho de luta possível e dialético, que trilha o diálogo da luta identitária junto à luta de classes é a campanha do conjunto CFESS/CRESS 2019, intitulada “Na defesa dos direitos sociais, a gente combate o racismo”, onde a exploração da população negra é interpretada a partir da centralidade do trabalho, apresentando-se essa comprovadamente como a maior parcela usuária das políticas sociais. Tal dado nos remete ao fato de que a referida população (o que também serve para os LGBTTs e mulheres) ocupa os cargos mais insalubres e passíveis de superexploração na lógica de produção capitalista.

Apenas o aprofundamento da discussão e do debate acerca do projeto ético-político e o reforço da relevância de se seguirem à risca as diretrizes curriculares, além da necessária produção e pesquisa teórico/prática em relação aos desafios do Serviço Social e da educação, podem de fato manter a categoria profissional no caminho trilhado até então, com um largo e fundamental diálogo com os movimentos sociais e com os modelos não formais de educação, para que o rigor teórico exigido não se transforme num emaranhado de teorias que em última instância apenas reforçam a lógica mercantil da educação, indispensável ao sustento do sociometabolismo do capital.

REFERÊNCIAS

- ABEPPS. Diretrizes Curriculares para os cursos de Serviço Social. Resolução n. 15, de 13 de março de 2002. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/legislacao_diretrizes_cursos.pdf>. Acesso em: 01/01/2019.
- ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.
- ANTUNES, Ricardo. Trabalho uno ou omni: a dialética entre o trabalho concreto e o trabalho abstrato. Argumentum, Vitória, v.2, n.2, p

09-15, jul./dez.2010.

- _____. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez/Unicamp, 1995.
- BRASIL. Lei de Inovação Tecnológica (Lei n. 10.973/2004). Brasília, DF: Congresso Nacional. Atos do Poder Legislativo, DOU, n. 232 de 03.12.2004.
- _____. Lei n. 10.172, de 9 de janeiro de 2001. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil. Brasília, DF, 10/1/2001, p.1. Disponível em <http://www.diariooficial.hpg.com.br/plano_nac_educacao.htm>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Lei N. 12.513, de 26 de outubro de 2011. Institui o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec). Brasília, DF., Diário Oficial da União, 27.10.2011.
- _____. Decreto N. 5.205, de 14 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 8.958, de 20 de dezembro de 1994, que dispõe sobre as relações entre as instituições federais de ensino superior e de pesquisa científica e tecnológica e as fundações de apoio. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2004/decreto-5205-14-setembro-2004-534051-norma-pe.html>>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Decreto nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Brasília: Casa Civil. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Ministério da Educação. Medida provisória No 1.827-1, DE 24 DE JUNHO DE 1999. Reeditada e revogada pela MPV n. 1.865-2. Dispões sobre o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior e dá outras providências. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/mpv/Antigas/1827-1.htm>. Acesso em: 09/01/2019.
- _____. Projeto de Lei N. 59, de 13 de janeiro de 2005. Institui o Programa Universidade Para Todos – PROUNI. 2005. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/2005/lei-11096-13-janeiro-2005-535381-normapl.html>>. Acesso em: 09/01/2019.

- CARVALHO, Elaci Costa Ferreira. (2010). *A Privatização/Mercantilização da Educação Superior Brasileira no Contexto do Sistema do Capital e da sua Crise Estrutural*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/Universidade Federal de Alagoas.
- CHAUÍ, Marilena. A universidade pública sob nova perspectiva. In: 26ª Reunião Anual da ANPEd, 2003. Poços de Caldas, MG, 5 de outubro de 2003. Conferência na sessão de abertura. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf>>. Acesso em: 01/01/2019.
- INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA. Sinopse Estatística da Educação Superior 2017. Brasília: INEP, 2018. Disponível em <<http://portal.inep.gov.br/basica-censo-escolar-sinopse-sinopse>>. Acesso em: 09/01/2019.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os Anos 60. In: HOLLANDA, Heloisa Buarque de (Org.). *Pós-Modernismo e Política*. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p. 81-126.
- LEHER, Roberto. A Ideologia da Globalização na Política de Formação Profissional Brasileira. *Revista Trabalho e Educação*, n.4. Belo Horizonte, ago/dez. 1998.
- LIMA, Marcelo. A educação profissional no governo Dilma: Pronatec, PNE e DCNEMs. *Revista Brasileira de Política e Administração da Educação*, p.495 – 513. Porto Alegre, 2012.
- LYOTARD, Jean-François. *A Condição Pós-Moderna*. 12ª ed., Rio de Janeiro: José Olympo, 2009.
- MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. 2ª ed., São Paulo: Nova Cultura, 1985.
- MARINHO, Cristiane Maria. (2008). *Pensamento Pós-Moderno e Educação na Crise Estrutural do Capital*. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação/Universidade Federal do Ceará.
- MARX, Karl. *O Capital*. 2ª ed., São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, Karl. *Sobre a Questão Judaica*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, Karl. *Manifesto Comunista*. 4ª ed., São Paulo: Boitempo, 2005.
- MÉSZÁROS, István. *A Montanha Que Devemos Conquistar: reflexões acerca do Estado*. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2015.

- MÉSZÁROS, István. Para Além do Capital: Rumo a uma teoria da transição. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2002.
- MÉSZÁROS, István. A Educação Para Além do Capital. 1ª ed., São Paulo: Boitempo, 2005.
- NETTO, José Paulo. Posfácio. In COUTINHO, Carlos Nelson. O Estruturalismo e a Miséria da Razão. 2ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- _____. A conjuntura brasileira: o Serviço Social posto à prova. In: Revista Serviço Social e Sociedade n.79. São Paulo: Editora Cortez, 2004.
- _____. Ditadura e Serviço social. Uma Análise do Serviço Social no Brasil pós-64. 8ª ed., São Paulo: Editora Cortez, 2005.
- _____. Capitalismo e Reificação. 1ª ed., São Paulo: Livraria e Editora Ciências Humanas, 1981.
- _____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. Revista Serviço Social e Sociedade. São Paulo: Cortez Editora, n. 50, abr. 1996.
- PANIAGO, Maria Cristina. Ciência, Tecnologia e Crise Estrutural. Disponível em: <http://cristinapaniago.com/yahoo_site_admin/assets/docs/Ciencia_Tecnologia_e_Crise_Estrutural.185210041.pdf>. Acesso em: 27/03/2019.
- SILVA, José Fernando Siqueira. Crise do capital, neoconservadorismo e serviço social no Brasil: apontamentos para o debate. Revista em Pauta, v. 13, n. 35, Rio de Janeiro, 2015.
- TONET, Ivo. Universidade Pública: O Sentido da Nossa Luta. In: Educação contra o capital. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.
- Z Aidan, Michel Filho. A Crise da Razão Histórica. 1ª ed., Campinas: Papirus Editora, 1989.

Thiago Dehon de Sousa

Assistente Social. É Mestre em Serviço Social pela UFRJ.

thiagodehon@hotmail.com

Esta publicação foi impressa em 2019 pela gráfica Imos
em papel offset 75g/m², fonte ITC Franklin Gothic,
tiragem de 330 exemplares.